

Economistas propõem novas fórmulas

por Walkyria Portes
de São Paulo

Esgotadas as fórmulas tradicionais para a questão da dívida externa — que pressupõem a colocação da casa em ordem para a retomada do fluxo de capitais externos — o País precisa buscar novos caminhos. E condições, existem, que vão da progressiva reconstituição dos sal-

dos comerciais ao reconhecimento dos credores de que a dívida não vale o que estava escrito. A conversão da dívida — não da forma como está sendo proposta — surge, assim, como um ponto importante na negociação.

Essa é, com algumas variações, a opinião dos economistas presentes ao lançamento da Carta de Conjuntura, ontem, no Conse-

lho Regional de Economia, cujo tema é “A questão da dívida externa brasileira — condições para sua renegociação — suas consequências no ajuste da economia”.

O professor Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE, sugeriu como uma opção viável de conversão a troca da dívida na forma de empréstimos por novos títulos brasileiros negociáveis no mercado internacional. Ele entende que poderia ser criado um título que desse a seu proprietário o direito a uma parcela das exportações das estatais; ou ainda, um título com uma taxa fixa de juros, mas uma parcela das exportações. Propõe também que os bancos credores poderiam aceitar trocar seus empréstimos por uma garantia, válida por determinado período, de participação nas vendas resultantes de um novo investimento produtivo, como uma hidrelétrica, por exemplo.

Para o professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que foi membro da equipe do ex-ministro Funaro, é



Edmar Bacha

importante destacar que uma “solução bem comportada” para a dívida não garantirá a volta do País ao mercado financeiro internacional. A ruptura definitiva, afirmou, deu-se em 1982 e de lá para cá os credores tiveram muito êxito em reduzir seu “exposure” nos países endividados. É preciso que o País tome a iniciativa e apresente propostas avançadas, sem aceitar de forma passiva os termos dos credores.

DÍVIDA FANTASMA

O professor Antônio Bar-

ros de Castro, da Universidade Federal do Rio, também defende lances ousados e sustenta que se deve trazer para o debate a questão do deságio. “Vamos partir do deságio de 35% imposto pelo mercado secundário onde são negociados títulos da dívida para redefinir os compromissos junto aos bancos privados.

Isto é devemos negociar o pagamento dos juros sobre a dívida reconhecida, já que o próprio mercado sinalizou que um terço dela é fantasma.”

Ele sugere ainda que o País lance novos papéis, com aquele deságio, se possível com o aval de uma instituição financeira internacional, garantindo-se o pagamento dos juros. Num segunda etapa, o País poderia contribuir para a formação de um fundo destinado a resgatar os títulos de outras nações endividadas e a financiar o comércio entre países em desenvolvimento.

A conversão, da forma como vem sendo discutida — a troca de dívida por investimentos —, traz sérios

riscos de desnacionalização da economia, além de grande impacto sobre a base monetária, entendem os economistas. Outro inconveniente citado é que esse esquema afetaria o padrão de investimentos, na medida em que os capitais externos seriam atraídos por ativos já existentes.

“Deve-se impedir a compra de ativos existentes”, disse Bacha. A orientação dos capitais deve ser feita para setores de exportação, sustentou.

BIRD — Uma missão do Banco Mundial (BIRD) estará em Brasília no próximo dia 17 para definir, com representantes do governo, o volume de empréstimos que beneficiará o Brasil no ano fiscal que tem início em julho. A informação é do secretário adjunto para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Ivo Pereira. No ano fiscal do BIRD, que se encerra no dia 30, o volume de créditos contratados do BIRD para o Brasil chegou a US\$ 1,7 bilhão contando-se o de US\$ 500 milhões para o setor elétrico, ainda pendente de aprovação final. (EBN)